

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.716.658 - SC (2017/0331825-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : SUELI HINGST BERNARDINO**  
**ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768**  
**RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039**  
**RÉGIS ELENO FONTANA - SC025014**  
**RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : JULIANA VEIGA BIEDRZYCKI - RS065284**  
**RECORRIDO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**  
**ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694**  
**LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911**  
**ANELISE MACEDO BORGES - RS099613**

## DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SUELI HINGST BERNARDINO, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, e manejado contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 1.454, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FUNCEF E CEF. APOSENTADORIA. COMPLEMENTAR.BASE DE CÁLCULO. CTVA. RESERVA MATEMÁTICA. PREVISÃO CONTRATUAL. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ATUARIAL.

A autora, ao aderir voluntariamente ao Novo Plano, de natureza facultativa, renunciou expressamente aos direitos previstos no regramento a que estava submetida e deu quitação plena de eventuais diferenças. Assim sendo, restou caracterizada a transação extrajudicial de direitos patrimoniais de caráter privado, na forma dos arts. 840 e 841 do Código Civil. Estando regularmente formalizada e inexistindo qualquer vício de consentimento, somente se poderia desfazer mediante comprovação de dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa, nos termos do art. 849, caput, do Código Civil. Precedente da 2ª Seção.

Embargos de declaração opostos e rejeitados.

Nas razões de recurso especial (fls. 1.474/1.498, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos arts. 489 e 1.022, § único, inc. II, do NCPC, por negativa de prestação jurisdicional, e 3º da LC 108/2001, 18 e 19 da LC 109/2001 e 942 do CC, sustentando, em síntese, a competência da Justiça do Trabalho para a definição da natureza jurídica da verba nominada CTVA e ser a CEF responsável pela recomposição das reservas matemáticas em vista das normas que regem a relação jurídica previdenciária.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1573/1607, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

1. Inicialmente, a apontada violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15 não se configura, haja vista o Tribunal regional ter dirimido clara e integralmente a controvérsia acerca das benfeitorias e da usucapião, porém em sentido contrário ao pretendido pela parte recorrente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Nos termos do entendimento firmado quando do Conflito de Competência n. 69.281/MG, DJe 02/03/2015, o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir previdência complementar é de competência da Justiça Comum.

No entanto, em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef são da Justiça do Trabalho.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO QUE NÃO SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA, INICIALMENTE, DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A causa de pedir da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada CTVA do salário de contribuição do autor, fato que terá repercussão financeira em sua aposentadoria futura, mas, cuja solução não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. 2. Considerando que a matéria em discussão é afeta à relação de emprego estabelecida com a CEF, ainda que haja reflexos no valor dos benefícios de responsabilidade da entidade de previdência privada, a FUNCEF, aplica-se ao caso, com as devidas adaptações, o comando da Súmula 170/STJ: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio". Precedentes da Segunda Seção. 3. Não é admitida a utilização do agravo interno para prequestionar matéria constitucional com vistas à eventual interposição de recurso extraordinário. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos Edcl no CC 155.053/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 27/8/2018).

3. Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial a fim de, reconhecendo a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornar sem efeito as decisões proferidas pelas instâncias ordinárias da Justiça Federal e determinar a remessa dos autos à Justiça Trabalhista.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator